

Parlamento dos Açores rejeita taxa turística regional

O parlamento dos Açores chumbou uma proposta do PAN para a criação de uma taxa turística regional, com o argumento de que já existe uma taxa municipal na ilha de São Miguel.

“Haver uma taxa já é um problema, haver duas taxas, seria ainda pior”, disse o deputado do PSD Rúben Cabral, discordando da existência de taxas turísticas nos Açores, por ser uma região que “está ainda a crescer” em matéria de turismo e cuja evolução poderia ser comprometida com “novas taxas ou impostos”.

No debate da proposta na sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional, na Horta, a secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, também manifestou a sua discordância em relação à taxa turística regional, por entender que “é prematura” e por nem todas as ilhas estarem a crescer ao mesmo ritmo em matéria de turismo.

“É cedo, é preciso consolidar primeiro o turismo em algumas ilhas”, sublinhou a governante, insistindo que para o Governo Regional “é prematuro estar a aplicar esta taxa a um



destino ainda jovem, que tem ainda muito para crescer”.

O deputado único do PAN, Pedro Neves, contrapôs estes argumentos, considerando que os Açores não se podem dar ao luxo de recusar aplicar uma taxa turística única, que poderia gerar novas receitas.

“A taxa turística é uma receita adicional que este governo e esta região não podem dispensar, nem desperdiçar, não somos uma região rica. Temos de aumentar as receitas próprias e hoje estamos a mostrar um dos caminhos”, frisou o deputado do PAN.

O líder parlamentar do Chega, José

Pacheco, argumentou, contudo, que juntar uma taxa turística regional à taxa municipal que já existe na maioria dos concelhos de São Miguel não vai ajudar a “cativar turistas” para a região, antes pelo contrário.

“Se convidou alguém para minha casa, não vou depois cobrar-lhe o pão”, gracejou.

Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, lembrou também que a maioria dos concelhos de São Miguel aplica desde 1 de janeiro uma taxa turística municipal, mas lamentou que as receitas geradas não estejam a ser aplicadas onde deviam.

“As ervas continuam a crescer nos passeios, a indigência continua no centro da cidade e a limpeza continua a deixar muito a desejar”, assinalou o deputado liberal, referindo-se, sobretudo, à cidade de Ponta Delgada, a maior do arquipélago.

Também Catarina Cabeceiras, deputada do CDS-PP, disse entender que não se justifica a criação de uma taxa turística regional, uma vez que os Açores não têm ainda um turismo de massas, mas apenas “maior pressão em alguns locais”, situação que “não é

transversal a toda a região”.

Pelo BE, o deputado António Lima considerou que “faria mais sentido” existir uma taxa turística regional, do que várias taxas turísticas municipais.

Contudo, acrescentou, “estando criada uma taxa turística municipal na ilha de São Miguel, torna-se, como é evidente, extremamente difícil ter uma taxa turística regional, neste momento”.

Marlene Damião, deputada da bancada do PS (o maior partido da oposição no arquipélago), concordou não fazer sentido criar-se na região uma nova taxa turística, mas partilhou a mesma ideia de António Lima.

“Teria sido mais benéfico, para todas as entidades envolvidas, manter apenas uma taxa turística regional”, admitiu.

Paulo Margato, deputado do PPM, salientou igualmente o crescimento do setor do turismo nos Açores e reconheceu que “tem sido muito importante no aumento das receitas” do arquipélago, mas indicou que o seu voto contra criação de uma taxa turística regional será “apenas por agora”.

Urgência do HDES já não tinha condições de segurança antes do incêndio

A secretária regional da Saúde disse que o serviço de urgência do hospital de Ponta Delgada não reunia “condições ideais” para a prática de cuidados de saúde em segurança, levando 31 enfermeiros a entregarem escusas de responsabilidade.

“No antigo serviço de urgência do hospital de Ponta Delgada, 31 enfermeiros disseram que não se responsabilizavam pelas consequências dos seus cuidados prestados nas condições ali existentes. Por isso mesmo, entregaram escusas de responsabilidade. O motivo destas escusas era muito claro: falta de condições estruturais e degradação das instalações existentes”, disse Mónica Seidi.

Segundo a governante, que falava no segundo dia do plenário desta semana da Assembleia Legislativa dos Açores, no debate de urgência sobre o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), “já antes do incêndio de 4 de maio de 2024, o serviço de urgência não reunia as condições ideais para a prática de cuidados de saúde em segurança”.

“É, por isso, com satisfação, enquanto governante e profissional de saúde, que anuncio que estas escusas de responsabilidade acabam de ser retiradas com a abertura em pleno da urgência do hospital modular”, afirmou.

Na opinião da titular da pasta da Saúde no Governo Regional dos Açores,

“esta é mais uma prova de que as condições do novo serviço de urgência garantem mais segurança do que as antigas instalações, que alguns queriam reabrir de qualquer maneira”.

“Esta é mais uma evidência de que a opção pela construção do hospital modular foi a mais acertada”, vinco.

Mónica Seidi também referiu que a aquisição de novos equipamentos “representa um investimento sem precedentes nas últimas duas décadas no Serviço Regional de Saúde” e o executivo concretizou “uma ação planeada de modernização e substituição de equipamentos completamente obsoletos e com mais de 20 anos”.

A governante lembrou que a opção pelo hospital modular foi validada pelas ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, Comissão de Catástrofe do Hospital de Ponta Delgada, direção clínica, direção de enfermagem e por uma equipa de engenheiros do Hospital de Santa Maria (Lisboa).

Também esclareceu que “são os próprios enfermeiros que desmentem que era possível, por exemplo, reabrir o serviço de urgência até ao mês de agosto” e que os documentos que o Governo entregou na terça-feira no parlamento, “desmentem essa ideia peregrina”.

Garantiu ainda que a segurança de todos foi a prioridade do executivo, mas observou que “assim não pensa

uma minoria”: “Alguma oposição quis transformar o incêndio no Hospital Divino Espírito Santo num instrumento de combate político”.

No início do debate de urgência, pedido pelo Chega, o líder parlamentar deste partido, José Pacheco, justificou o mesmo pelas informações contraditórias e suspeitas sobre o processo.

“O maior hospital dos Açores, o HDES, há muito ‘gritava’ por requalificação, manutenção e ampliação. O estado de abandono ou esquecimento a que foi relegado pelos sucessivos governos socialistas é uma vergonha e até um crime contra o património e contra todos os doentes que necessitam deste serviço de saúde”, disse.

“Não temos receio de admitir que podemos ter cometido um erro, mesmo que involuntário, ao viabilizar o hospital modular. Não o consideramos um equívoco por ser uma necessidade transitória, mas sim porque, como receávamos, está cada vez mais próximo de se tornar uma solução permanente, sem ser uma alternativa viável para o bom funcionamento do HDES”, acrescentou.

Segundo Pacheco, “contentores milionários, por mais modernos que possam parecer, jamais serão um hospital, especialmente considerando os muitos milhões investidos, cujo prazo de utilidade é limitado”.

Segundo o parlamentar, “há muitas questões que precisam de esclarecimento”, como de quem partiu a decisão pelo hospital modular e, se um relatório interno indicava que havia condições para reabrir o hospital na totalidade em agosto de 2024, porque não aconteceu”.

Por sua vez, o PS/Açores acusou o executivo regional de “falta de coragem” para justificar decisões sobre o hospital de Ponta Delgada e o PSD respondeu que os socialistas pretendem transformar o tema numa “trica política”.

Também Catarina Cabeceiras (CDS-PP) destacou a prontidão e boafé com que o Governo Regional atuou desde o momento do incêndio.

António Lima (BE) afirmou que o executivo ocultou informação e, apesar das inúmeras perguntas e requerimentos, “em nenhuma resposta ou documento está justificado o hospital modular com relatórios técnicos”.

Pedro Neves (PAN) perguntou, com base nos relatórios, como é que quatro dias após o incêndio, se pode tomar uma decisão técnica, a dizer que o hospital modular “seria muito melhor?”.

Paulo Margato (PPM), alertou que o debate estava “conspurado” e Nuno Barata (IL) vai apresentar uma alteração ao diploma que define o regime jurídico do Gestor Público Regional, por causa da Presidente do HDES.